

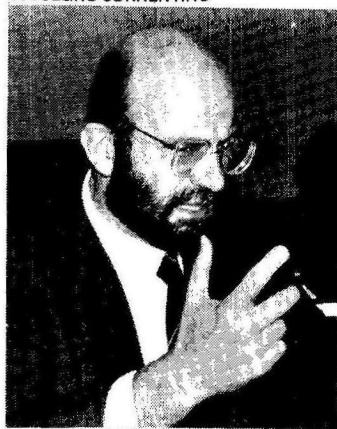
Bird aumenta suas exigências ao Brasil

Washington - O ministro do Planejamento, João Sayad, reuniu-se ontem com o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, para discutir a proposta brasileira de obter cerca de 2 bilhões de dólares em financiamentos no ano fiscal 1986/87, sujeitos agora não apenas a projetos setoriais de desenvolvimento mas, também, à existência de um programa econômico de médio prazo que conste do relatório da instituição sobre o Brasil.

Embora o ministro Sayad negue a existência de qualquer "imposição" da parte do Banco Mundial, os ministros que integram o grupo dos 24 (países em desenvolvimento), reunidos durante todo o dia de ontem, no Fundo Monetário Internacional, discutiram um relatório técnico onde os tomadores desses empréstimos manifestam "grave preocupação" com a nova política do Bird, "destinada a impor um inaceitável grau de condicionalidade e contracondicionalidade."

Estas exigências estariam por trás dos constantes atrasos na liberação de empréstimos já aprovados, como vem ocorrendo frequentemente com o Brasil (e outros tomadores). Preocupado com a repercussão de sua resposta ao vice-presidente do Banco Mundial, David Knox, na última quinta-feira, o ministro

JUSCELINO SORRENTINO



Sayad

Sayad agora procura minimizar a importância destas exigências e do documento que a missão em Brasília está preparando sobre a situação econômica do país. Sayad acha que isto é natural, pois mesmo quando um banco empresta a uma empresa ele quer saber os planos do tomador para o futuro e suas intenções de aplicação dos recursos. Fontes da área financeira, entretanto, lembraram que no caso do Brasil existe também preocupação com a aplicação de empréstimos do Banco Mundial no ano fiscal 1985/86.

Em junho, por exemplo, todos

ram uma carta do Banco Mundial denunciando má aplicação de verbas externas na área da superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), onde quase a metade dos financiamentos foram usados em outras finalidades.

Além deste tipo de problema, o Banco Mundial está preocupado também em ter um papel mais efetivo na orientação das políticas econômicas dos países tomadores, inclusive para preencher o vazio deixado pelo FMI, cujos programas de ajuste já não são aceitos facilmente pelos devedores. Por isso, além dos projetos setoriais que justifiquem os créditos (como é o caso do setor elétrico brasileiro), o Banco Mundial agora pede também que o tomador tenha uma "política de médio consistente com a meta do crescimento econômico."

No caso brasileiro isto não constitui problema, a princípio, pelo desempenho favorável da economia desde o ano passado. O Governo Sarney apresentou aos técnicos do Banco Mundial, como sua "política consistente de médio prazo," o plano de metas para os próximos três anos, onde se pressupõe elevadas taxas de crescimento.